

## **O materialismo histórico e dialético como teoria da cognição e método para a compreensão do processo saúde doença\***

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca  
Emiko Yoshikawa Egry  
Maria Rita Bertolozzi

A explicação e a compreensão dos fenômenos sociais são feitas segundo referenciais teóricos que correspondem às visões de mundo que coexistem na sociedade. O processo saúde-doença, enquanto manifestação fenomênica do mundo social não escapa a este processo de interpretação e neste trabalho será explicado por meio do materialismo histórico e dialético.

Para utilizar esse referencial filosófico como marco teórico de interpretação é preciso entendê-lo como teoria do conhecimento que a partir de uma determinada visão de mundo, tem como meta não só interpretar como transformar a realidade, dado que esta corrente filosófica, diferentemente das demais existentes até o seu surgimento, reconhece o papel político do ser humano enquanto agente social de transformação da realidade e não como mero receptor das influências sociais.

Para Marx, somente as idéias não transformam o mundo, é preciso que sejam submetidas à prática. Apenas quando se tornam força material, ao levarem os seres humanos à ação é que as idéias podem transformar o mundo.<sup>1</sup> Em função disto, notam-se duas posições claramente divergentes em relação à realidade, ou seja, duas visões de mundo irreconciliáveis posto que partem de pressupostos antagônicos: o idealismo e o materialismo. Antes de passarmos a explicitar as diferenças entre estas duas visões é importante ressaltar alguns pontos fundamentais.

Em primeiro lugar cabe esclarecer que a visão de mundo é um sistema de pontos de vista sobre a realidade que permite ao ser humano elaborar uma atitude perante esta realidade. Assim sendo, a visão de mundo está na base da compreensão e ação do homem perante a realidade. A elaboração da visão de mundo é papel da filosofia e reconhecer isto significa reconhecer que cabe a ela interpretar e explicar as manifestações fenomênicas do mundo.<sup>2</sup>

---

\* Bibliografia: Fonseca RMG, Egry EY, Bertolozzi MR O Materialismo Histórico e Dialético como Teoria da Cognição e Método para a Compreensão do Processo Saúde Doença. In: Egry EY, Cubas MR. (org.). O Trabalho da Enfermagem em Saúde Coletiva no Cenário CIPESC. Curitiba: Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná, 2006, p. 19-61

<sup>1</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, A filosofia marxista leninista – curso básico, p25.

<sup>2</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit.,p13.

Em segundo lugar, cabe esclarecer que a elaboração da visão de mundo não é atemporal ou desvinculada do momento histórico pelo qual passa a sociedade que lhe origina. Assim sendo, o idealismo e o materialismo, ou mais amplamente, a própria filosofia, apreendem em pensamentos a sua época.

Desta forma, na sociedade primitiva, onde o pensamento do ser humano era dominado por representações mitológico-religiosas, imputava-se às forças sobrenaturais os processos naturais, a ordem da vida social e o destino dos indivíduos.<sup>3</sup> Por essa época, a interpretação do Processo Saúde-Doença era igualmente ligada à ação das forças sobrenaturais, portanto, as medidas assistenciais vigentes vinculavam-se a práticas de caráter mágico-religioso.

Este processo de interpretação dos fatos sociais prevaleceu até que a necessidade de um determinado tipo de conhecimento subsidiar as transformações sociais encaminhou para uma interpretação racional dos fenômenos, desenvolvendo-se assim o positivismo, cujo avanço subsidiou amplamente o desenvolvimento das ciências naturais e da tecnologia. Mudaram novamente as concepções acerca do mundo e da saúde-doença, aproximando as explicações do social das explicações utilizadas para a interpretação dos fenômenos químicos, físicos e mecânicos. Esta é a chamada *ciência positiva* a partir da qual toda e qualquer manifestação fenomênica só pode ser considerada verdadeira se passível de comprovação.

A ciência positiva nasceu numa época em que havia necessidade de superação das contradições do feudalismo pelo capitalismo. Permanece hegemônica até nossos dias no mundo ocidental em que a maioria das sociedades é organizada sob a égide deste modo de produção.<sup>4</sup>

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista e a agudização das contradições que lhe são inerentes verificou-se que a explicação dos fatos sociais baseadas na ciência positiva, oriunda das ciências naturais, obtinha apenas uma visão parcial e dicotomizada da realidade, não permitindo a visualização do todo, concebendo a sociedade como uma máquina e os homens como suas engrenagens, cada qual com um funcionamento pré-determinado, que não mantinha qualquer aderência com o social mais amplo. Visto desta forma, o processo saúde-doença refletia apenas as condições de equilíbrio e desequilíbrio ou normalidade e anormalidade desta máquina.

Surge então o materialismo histórico e dialético como uma proposta revolucionária para a superação dessa visão tradicional, inclusive transformando o papel da filosofia que de

---

<sup>3</sup> F. Burlatski, Fundamentos da filosofia marxista-leninista, p16.

<sup>4</sup> Ted Benton, Positivismo. In: Tom Bottomore, Dicionário do Pensamento Marxista, p290 – 1

mera tradutora ou interpretadora dos processos sociais, passa a assumir um papel de orientadora para a ação, superando a visão explicativa anterior.<sup>5</sup>

O materialismo histórico e dialético está constituído por uma teoria científica da história - o materialismo histórico - e por uma teoria filosófica - o materialismo dialético - cujo método foi utilizado por Marx e Engels para explicar o mundo a partir da evolução histórica da humanidade.<sup>6</sup>

Recolocadas historicamente as duas visões de mundo antagônicas anteriormente citadas, cabe agora explicitar os seus pontos fundamentais e o conceito de “homem” e “sociedade” que advém delas para, a partir daí, entender as diferentes interpretações do processo doença.

O idealismo parte do princípio de que a consciência ou qualquer das suas manifestações como o pensamento, a vontade ou qualquer coisa de ideal e imaterial, é primário, fundamental e determinante. Por outro lado, a matéria, a natureza, o mundo material, são produzidos por aqueles ou deles dependentes.<sup>7</sup>

Assim, a base de todos os objetos e fenômenos do mundo é uma certa substância ideal representada pela vontade divina, a razão mundial, a idéia absoluta, o espírito. Em outras explicações, os objetos e fenômenos do mundo são derivados das sensações e percepções do ser humano e da sua razão.<sup>8</sup> De qualquer forma, sendo de uma natureza ou de outra, a essência de todas as coisas está na consciência humana.

Nesta visão, o ser humano é um ser ideal, existindo como entidade real na busca deste ideal. É também universal, ou seja, existe nele uma essência independentemente do local ou época em que vive. Como ser de existência possui uma essência ideal, pois foi criado baseado nesta essência; durante toda a sua vida deve buscar assemelhar-se o mais possível a este ideal. Neste sentido, existem padrões pré-determinados de pessoas que devem servir de modelo para todos os demais. Esta teoria, concebida de diversas formas, apesar de reconhecer a complexidade do ser humano e a influência do meio social no desenvolvimento de suas potencialidades, coloca no indivíduo toda essa responsabilidade.

Derivado disto, nessa visão existe uma sociedade também ideal, normatizada segundo valores universais de cooperação para o desenvolvimento das potencialidades humanas. A

---

<sup>5</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op.cit., p25.

<sup>6</sup> Marta Harnecker, Os conceitos elementares do materialismo histórico, p21.

<sup>7</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op.cit., p43.

<sup>8</sup> F. Burlatski, op. cit, p25. Especificamente sobre a filosofia materialista e a idealista na Antiguidade, ver também: August Talheimer, Introdução ao materialismo dialético, cap. IV e V, p33-46.

ordem social é mantida a partir do desempenho de diferentes papéis sociais que regulam o funcionamento da engrenagem social, sem conflitos ou contradições.

O processo saúde-doença é visto como manifestações de pólos de regularidades ou irregularidades de funcionamento da corporeidade do ser humano, adaptado ou não ao meio social e natural em que vive. Há um perfil de saúde ideal que se refere à ausência de doença e a um perfeito funcionamento do corpo humano nas suas dimensões física, psíquica e biológica, perfeitamente adaptado às condições sociais existentes.

Em oposição a isto, o materialismo considera que o mundo é, pela sua natureza, material, ou seja, existe fora da consciência humana e independente dela, não sendo produto nem do pensamento, nem de qualquer ser imaterial. Dessa forma, tudo o que existe é matéria, ou pelo menos, depende da matéria que é definida como a categoria filosófica que designa a realidade objetiva, que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, refletida pelas nossas sensações, existindo independentemente delas.<sup>9</sup>

Para o materialismo dialético, portanto, não apenas os corpos materiais com propriedades mecânicas são matéria, mas também todas as formas qualitativamente diferentes desse mundo material, com suas propriedades físicas, químicas, biológicas e sociais, enfim, todas as coisas que têm a propriedade fundamental de existir, independentemente da consciência humana. Além disso, pressupõe que toda matéria está sempre em constante desenvolvimento e transformação, segundo determinadas leis.

A partir desse conceito e das propriedades da matéria, a sociedade, existindo fora da consciência humana e independentemente dela, também é material, tendo sido dessa visão que Marx partiu para analisar o surgimento e a evolução da sociedade.

Nessa visão, o ser humano é um ser histórico, ou seja, determinado pelo espaço e época histórica em que vive. Ele se diferencia conforme sua inserção no tempo e no espaço e, como ser de existência, se faz, se constrói no seu próprio percurso histórico. É o único ser da espécie animal que consegue traçar a sua maneira de viver, fruto de sua relação com os outros seres humanos e com a natureza.

Na concepção dialética o ser humano é um ser de existência e a sua natureza se revela na medida em que ele se relaciona com o concreto. É a partir desse enfoque que surge o

---

<sup>9</sup> Vladimir Ilitch Ulianov Lenin, materialismo e empiriocritismo, apud Erich Hahn & Alfred Kosing, op.cit., p50. Para aprofundar no conceito de matéria ver: Alexandre Cheptulin, A dialética materialista: categorias e leis fundamentais da dialética, p62-72.

conceito de alienação referindo-se à situação em que o ser humano não se percebe enquanto transformador da natureza e da sociedade em que vive.<sup>10</sup>

O processo saúde-doença, por sua vez, não pode ser pré-determinado ou obedecer a padrões pré-estabelecidos de normalidade, mas é determinado historicamente pela forma de inserção social do ser humano na sociedade ou, em última instância, pela forma como ele se relaciona com a natureza e com os demais homens. Não pode existir fora da sociedade.

### **A sociedade e a estrutura social**

O materialismo histórico e dialético pressupõe uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre estas classes.<sup>11</sup>

Entendida como uma sucessão de modos de produção, a história é explicada pela transição de um tipo de sociedade para outro, em virtude do colapso de um determinado modo de produção e a sua substituição por outro, com qualidade diferente do anterior, porém preservando as condições prévias que já existiam no seio da sociedade. Na verdade, o que ocorre é a superação da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (elementos da vida social, cujo conjunto forma o modo de produção), de acordo com as leis dialéticas do movimento e desenvolvimento da matéria<sup>12</sup>.

Estas leis explicam o processo de desenvolvimento, resumidamente, da seguinte maneira:

- o que desencadeia e impulsiona o desenvolvimento são as contradições internas, ou seja, o choque de várias forças e tendências que são inerentes a um determinado fenômeno;
- há uma conexão indissolúvel e uma mútua dependência entre todos os aspectos do fenômeno;

---

<sup>10</sup> Joel da Silva Camacho, A educação e suas linhas filosóficas – uma reflexão para as profissões da saúde. Palestra proferida nos dias 21/03 e 04/04/1986 na Escola de Enfermagem da USP, como parte do processo de reorientação curricular.

<sup>11</sup> Friedrich Engels, Do socialismo utópico ao socialismo científico apud Tom Bottomore, Dicionário do pensamento marxista, p260.

<sup>12</sup> A respeito da interação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção que culmina com a superação do modo de produção, ver Laurence Harris, Forças produtivas e relações de produção. In: Tom Bottomore, op. cit. , p157-9; William Shaw, Materialismo Histórico, id. Ibid, p262 e Tom Bottomore, Sociedade, id. Ibid, p343.

- o processo de desenvolvimento não é uniforme e gradual, mas apresenta episódios de reviravoltas, saltos e revoluções que se iniciam pela acumulação gradativa em quantidade para, em um dado momento posterior, seguir-se a passagem para uma nova qualidade;
- o processo de desenvolvimento não é linear, antes, pode ser comparado a uma espiral porque os estágios que são percorridos podem parecer que são repetidos várias vezes, só que a cada repetição, retorna-se ao anterior, num nível superior<sup>13</sup>.

Para o materialismo histórico e dialético, este processo de desenvolvimento aplica-se também aos fenômenos sociais.

A tese nuclear do materialismo histórico, portanto, é a de que a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada na forma pela qual os homens se organizam em sociedade para produzir os bens materiais de que necessitam para sobreviver, ou seja no **modo de produção** vigente. Para entender o alcance e significado desta tese, há que se partir da compreensão do significado do **trabalho** e do seu papel na formação da sociedade e do homem enquanto ser social, ou seja, da compreensão do trabalho como base e essência da sociedade humana.

Numa visão bastante ampla, tem-se que na natureza<sup>14</sup>, o desenvolvimento segue igualmente o processo explicitado anteriormente, ocorrendo como resultado das forças e processos naturais. Neste processo evolutivo, as espécies animais e vegetais foram surgindo a partir de formas menos desenvolvidas, até chegarem às mais desenvolvidas. O surgimento do ser humano estaria ligado a transformações de mamíferos primatas, num processo que deve remontar a mais de 30 milhões de anos desde o surgimento dos prossímios, passando pelo Australopithecus, precursor imediato do **Homo erectus** e primeiro representante da espécie **homem**, até no topo desta evolução surgir o **Homem sapiens sapiens**, como é conhecido atualmente<sup>15</sup>.

Num processo interativo com a natureza, no **trabalho**, o ser humano se organizou em **sociedade**. A vida social é tida, portanto, como a forma mais evoluída do movimento da matéria. O aparecimento do ser humano, a antropogênese, está indissolúvelmente ligado ao aparecimento da sociedade humana, a sociogênese. Este processo de desenvolvimento inicia-

---

<sup>13</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit., p64-6. Para entender o significado de “processo” ver também Pedro Demo, Metodologia Científica em Ciências Sociais, p22-5.

<sup>14</sup> Por natureza neste trabalho entende-se “o conjunto do mundo material com exceção da sociedade humana” ou “as condições naturais de existência da sociedade humana, o meio natural” ou “o conjunto do universo infinito que se confronta com a sociedade”. Para maiores detalhes ver: Erich Hahn & Alfred Kosing, A filosofia marxista-leninista: curso básico, p90.

<sup>15</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p118-9.

se no interior da forma biológica do movimento da matéria, atravessa um campo de transição biológico-social completando-se no interior da forma social do desenvolvimento da matéria, a forma qualitativamente nova que se vai formando. Desta forma, o aparecimento do ser humano é um processo que só em parte é natural, pois está indissoluvelmente ligado ao aparecimento da sociedade e desse modo tornar-se também um processo social<sup>16</sup>.

Neste processo de desenvolvimento o ser humano teve que se confrontar com a natureza para poder sobreviver e este confronto se deu através do **trabalho**. No trabalho, portanto, expressa-se, em primeiro lugar, a conexão da sociedade com a natureza porque o **ser humano enquanto ser natural**, necessita da natureza para existir, para manter a vida. Para Marx, o trabalho é, antes de mais nada, um processo entre o ser humano e a natureza, no qual o primeiro, pela sua própria ação, medeia, regula e controla a sua troca material com a natureza. “Perante a matéria da natureza, ele próprio surge como um poder da natureza. As forças da natureza que fazem parte da sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mãos, são por ele postas em movimento para se apropriar da matéria da natureza numa forma utilizável para a sua própria vida”<sup>17</sup>.

Apesar disto, o trabalho expressa ainda, a diferença da sociedade com a natureza, a partir da noção de que o ser humano, diferentemente dos animais, realiza conscientemente a sua atividade, sendo portanto um **ser não natural**. A diferença entre ele e o animal é que este realiza sua atividade movido pelo instinto, enquanto que aquele o faz pela mediação da consciência.

A consciência também foi desenvolvida a partir do trabalho. No início, o processo de trabalho do ser humano era muito semelhante à atividade do animal e muito mais ligado ao instinto de sobrevivência que à consciência. A atividade laboral básica, se assim pode ser chamada, era apenas a retirada de produtos da natureza para saciar a fome. No decorrer de um longo processo de desenvolvimento, aos poucos ele foi descobrindo que podia saciar a fome e viver sob um teto permanente, transformando e controlando a natureza (através da captura e criação de animais, da agricultura, etc). Pode-se dizer que esta foi a primeira noção consciente que começou a existir no ser humano. Aos poucos, com o trabalho consciente, foi se desenvolvendo o pensamento. Também em decorrência do trabalho, foi se desenvolvendo a linguagem, por necessidade de comunicação com os outros seres humanos para a divisão do trabalho, num início do processo de coletivização no seio do qual germinaria a sociedade<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p114.

<sup>17</sup> Karl Marx, O capital, primeiro volume, p192.

<sup>18</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. , p120.

Todo este processo significa que através do processo de trabalho, o ser humano transforma a natureza, colocando-a sob seus serviços consoante determinados objetivos. Ao mesmo tempo, neste processo, transforma-se a si próprio também, tanto no nível bio-psíquico, como no social.

Assim, as mais importantes qualidades humanas, como o trabalho, a consciência e a linguagem surgem no mesmo período histórico, influenciando-se mutuamente. Daí em diante, foi se processando a organização do ser humano em sociedade para interagir e dominar a natureza. Hoje tem-se que a sociedade é um sistema material altamente complexo, cuja essência e base é o trabalho, enquanto atividade consciente e objetiva. A sociedade representa o conjunto de formas historicamente criadas da atividade conjunta do ser humano para, na relação dialética com a natureza, transformá-la e ser continuamente transformado por ela.

Ocorre que a vida em sociedade pressupõe que os seres humanos estabeleçam relações entre si, portanto, à vista e em decorrência do exposto anteriormente, tem-se que a atividade laboral é também a força motriz decisiva para a formação das relações sociais, entendendo-se estas como aquelas relações que os seres humanos estabelecem entre si na produção da vida social, da vida em sociedade.

Analisando a produção como base da vida em sociedade, Marx sintetiza toda a teoria da formação da sociedade, explicitando os elementos fundamentais da vida social, quando refere que “na produção social de sua vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual.”<sup>19</sup>

Estes elementos da vida social apresentam-se de maneira muito diversa, de acordo com as condições de desenvolvimento histórico, no entanto, se referem sempre à utilização de determinados meios pelos quais o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Para melhor compreendê-los, torna-se necessário diferenciá-los didaticamente, colocando-os enquanto integrantes da base ou da superestrutura social.

#### A base econômica da sociedade

---

<sup>19</sup> Karl Marx, Para a crítica da Economia Política – Prefácio. In: Os Economistas, p25.

Como foi visto anteriormente, no processo de produção, os seres humanos estabelecem **relações** entre eles próprios e entre eles e a natureza, relações estas que são aspectos indissolúvelmente ligados entre si e elementos integrantes de qualquer atividade concreta de produção. São as forças produtivas e as relações de produção.

As **forças produtivas** representam as relações que os seres humanos estabelecem entre eles e a natureza, portanto, entre a sociedade e a natureza. As **relações de produção** são aquelas que os seres humanos estabelecem com os próprios seres humanos.

### 1) As forças produtivas

As forças produtivas são os elementos da produção por intermédio das quais a sociedade influencia a natureza e a transforma de acordo com os seus propósitos e objetivos. São o elemento mais importante da vida social, desempenhando um papel decisivo no desenvolvimento da sociedade humana, porque delas, em última instância, dependem todos os elementos da vida social. Para Hahn e Kosing, são entendidas como sendo o conjunto das forças necessárias para produzir bens materiais para a satisfação de necessidades humanas e abrangem as forças físicas e intelectuais do próprio ser humano, as forças e materiais da natureza (na forma não trabalhada de matérias-primas, energia hidráulica e semelhantes e na forma já trabalhada de meios de produção, portanto máquinas, instrumentos, aparelhos, técnica, aplicação de conhecimentos científicos). Incluem também a direção da produção, a tecnologia e a organização do processo de trabalho<sup>20</sup>.

As **forças produtivas** representam o conjunto dos meios de produção e da força de trabalho. Os **meios de produção** são considerados o elemento mais importante das forças produtivas e são constituídos pelo **objeto de trabalho** e **meios de trabalho**.

No entanto, nenhum processo de trabalho seria possível somente a partir dos meios de produção, sendo indispensável a ação da força do ser humano sobre eles. Assim, as forças produtivas incluem a força do ser humano, a **força de trabalho**, ou seja, a força física e intelectual do que é empregada para produzir valores de uso materiais.<sup>21</sup>

O desenvolvimento das forças produtivas é determinado por necessidades sociais e compreende fenômenos históricos como o desenvolvimento do maquinário, a descoberta de novas fontes de energia, a especialização e o aperfeiçoamento da mão de obra, por exemplo.

---

<sup>20</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p138.

<sup>21</sup> Por valor de uso de uma mercadoria entenda-se a sua capacidade para satisfazer necessidade humanas de qualquer espécie, ou seja, a sua utilidade para o usuário. A força de trabalho humana, ao ser transformada em trabalho no processo de produção, adquire valor de uso, pela capacidade de produzir valor novo. Para maiores detalhes ver: Duncan Foley, Valor de uso. In: Tom Bottomore, op. cit. , p401-2 e Susan Himmelweith, Valor da força de trabalho, id. ibid. , p400-1.

A própria ciência pode ser considerada como uma força produtiva (e não apenas as transformações nos meios de produção que dela resultam) e influenciar diretamente o desenvolvimento das mesmas pela aplicação prática dos conhecimentos adquiridos<sup>22</sup>.

## 2) As relações de produção

As **relações de produção** representam as relações que os humanos estabelecem entre si (e indiretamente com os meios de produção) no processo de produção social. Não significam as relações que os seres humanos estabelecem individualmente entre si, no processo de produção (entre operários, entre chefes e subalternos etc) mas referem-se àquelas estabelecidas entre grandes grupos organizados, ou seja, entre classes, camadas, grupos sociais, no processo de produção social<sup>23</sup>.

Na verdade, as relações de produção são determinadas pela propriedade econômica das forças produtivas estando, de um lado, os meios de produção e do outro, a força de trabalho. No modo de produção capitalista, por exemplo, de um lado há os empresários que detêm a propriedade dos meios de produção e do outro os operários que detêm a força de trabalho. As relações de produção, portanto, incluem as relações com os meios de produção, que se manifestam no caráter e nas formas de propriedade dos meios de produção. Estas relações não representam a relação dos homens **com** as coisas, mas dos homens com outros homens, **através** das coisas.

A propriedade dos meios de produção pode ser **privada**, quando estes pertencem a uma parte da sociedade ou **social**, quando pertencem à sociedade como um todo, ou a toda a sociedade. Diretamente relacionado a isto, encontram-se as relações de distribuição dos bens e riquezas produzidos. A propriedade privada dos meios de produção está historicamente relacionada à distribuição desigual, sob a forma de **lucro** para o proprietário e de **salário** para o trabalhador. A propriedade social dos meios de produção condiciona, teoricamente, a distribuição igualitária da riqueza.

## 3) O conjunto das forças produtivas e das relações de produção

As relações de produção e as forças produtivas, em conjunto, formam um todo indivisível, o **modo de produção**, a base econômica da sociedade e portanto, o elemento de importância vital para a sociedade. Sendo as forças produtivas o elemento da vida social e

---

<sup>22</sup> F. Burlatski, op. cit. , p156 e Lawrence Harris, op. cit. , p157-8.

<sup>23</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p138.

delas dependendo as relações de produção, o modo de produção é basicamente determinado pelo estágio de desenvolvimento em que se encontram as forças produtivas.

O modo de produzir e conseqüentemente, a forma como os homens exprimem a sua vida, o seu modo de vida, retratam a **formação social** de uma determinada sociedade<sup>24</sup>.

Historicamente os seres humanos têm-se organizado de maneiras diferentes, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Assim conhecemos a formação social da sociedade primitiva, do escravagismo, do feudalismo, do capitalismo e do socialismo. Também é importante compreender que, numa dada formação social, podem coexistir vários modos de produção sendo um deles, predominante. Na América Latina, por exemplo, tem-se ainda hoje em dia, em determinadas regiões principalmente rurais, relações de produção que caracterizam mais o modo de produção feudal que o capitalista, embora no conjunto predomine este último.

### **A superestrutura**

Além de estabelecer entre si relações de produção, os seres humanos estabelecem também outros tipos de relações sociais que têm como base a consciência social. Estas relações se formam e se difundem através da educação, instrução e outros meios de informação social, no seio do Estado e das Instituições que já não se localizam mais na base econômica da sociedade mas à superestrutura social que se ergue sobre esta base constituindo, portanto metaforicamente, a cúpula do edifício social, cuja base econômica é formada pelo conjunto das relações de produção e das forças produtivas.

A superestrutura interage dialeticamente com a base sendo determinada por ela e, em certa medida, determinando-a. Portanto, a superestrutura tem uma certa existência própria, exercendo influência sobre a produção material, embora determinada por ela. Na relação que se estabelece entre a base e a superestrutura a “determinação” pelo econômico, especialmente no modo de produção capitalista, difere da simples “causação”, tratando-se de mais do que uma simples relação mecânica de causa e efeito, tendo o seu fundamento na concepção dialética de causalidade<sup>25</sup>.

De fundamental importância para o entendimento da superestrutura, é o entendimento do conceito de consciência social que é um elemento que não se realiza fora da sociedade e independentemente dela, mas sim assimilando tudo o que foi construído pela humanidade em geral no percurso histórico da sua existência. Apesar da consciência social ser formada a

---

<sup>24</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p149-40.

<sup>25</sup> Jorge Larrain, Base e superestrutura. In: John Bottomore, op.cit, p27.

partir das consciências individuais, ela não é a somatória das concepções, idéias e valores inerentes a diversos indivíduos. É sim, uma qualidade nova que caracteriza o reflexo mais profundo do indivíduo social, aqui entendido como o indivíduo que vive em sociedade, parte integrante de um determinado grupo social, portador de um conteúdo ideológico exprime a consciência social deste grupo.

A consciência social reflete, portanto, não só o ser no momento dado mas, sendo histórica, inclui os valores acumulados pelas gerações anteriores, transmitidos através dos tempos pela arte, religião, ciência e outras formas de manifestação deste gigantesco sistema de conhecimentos, idéias, conceitos, aspirações, motivos e outros elementos que, além de se influenciarem mutuamente, encontram-se em permanente transformação. A consciência social é única mas manifesta-se dialeticamente nas dimensões da realidade objetiva, de diferentes formas: como consciência individual, relativa à consciência dos indivíduos, como consciência de classe, relativa à consciência dos grupos sociais organizados em classes sociais nas sociedades assim estratificadas, e como consciência geral, relativa às formas de pensamento, imagens e conceitos em que toda a sociedade reflete o seu ser, o desenrolar objetivo e real do desenvolvimento social, as suas contradições, os choques entre as forças em luta, o passado e o presente da humanidade, as possibilidades, vias, tendências e perspectivas que se delineiam para o futuro<sup>26</sup>.

Os aspectos internos mais profundos da consciência social, através dos quais o ser social interpreta os fatos e acontecimentos da vida em sociedade, referem-se à ideologia. Esta se constitui num sistema organizado de idéias e doutrinas sobre a vida que, além de interpretar os fatos, infiltra-se no ser social, exprimindo interesses e necessidades fundamentais do conjunto social ao qual ele pertence<sup>27</sup>. Para Chauí, representa o conjunto de “representações (idéias, valores) e de normas ou regras de conduta que indicam ou prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer”.<sup>28</sup>

Numa sociedade de classes, a consciência do ser humano tem um caráter de classe refletindo a posição social desta e suas relações com as demais. Além disso, reflete também as necessidades e os interesses da classe que representa. Assim, a função da ideologia na sociedade capitalista, é dar aos membros da sociedade, dividida em classes sociais, uma explicação racional para as desigualdades sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir

---

<sup>26</sup> F. Burlatski, op. cit, p208-10.

<sup>27</sup> F. Burlatski, op. cit. , p211-8.

<sup>28</sup> Marilena Chauí, O que é ideologia, p113-4.

essas diferenças à divisão da sociedade em classes sociais, a partir da divisão na esfera da produção.

Para Gramsci, a ideologia retrata a concepção do mundo e está presente em todas as manifestações da vida individual e coletiva, implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, etc. Está socialmente generalizada e dá aos homens uma orientação e regras para a ação. Mais que um sistema de idéias, relaciona-se com a “capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação”.<sup>29</sup>

A consciência social se manifesta através do sistema político-jurídico, da ciência, da arte, da filosofia e da religião.

O sistema político-jurídico refere-se principalmente a todo o pluriforme sistema do Estado e seus órgãos legislativos e administrativos, exército, polícia, justiça, partidos políticos e instituições afins. Mesmo quando não controla diretamente, o Estado, indiretamente estabelece e normatiza todo o sistema social, bem como o funcionamento das instituições responsáveis pela reprodução e veiculação da ideologia. Ainda fazem parte desta esfera, portanto, as demais instituições responsáveis pelo sistema educativo, informativo, religioso, entre outros.

No modo de produção capitalista, o Estado é considerado a principal instituição da superestrutura, estando acima de todas as demais e a serviço da classe dominante, com a função precípua de assegurar e manter a dominação e a exploração das classes detentoras da força de trabalho (classes trabalhadoras) pelas classes proprietárias dos meios de produção (burguesia). Dada a congruência ideológica existente entre os detentores do poder político e os detentores do poder econômico, há uma verdadeira associação entre os mesmos.

Assim, as políticas emanadas do Estado, longe de diminuir as desigualdades sociais, têm o objetivo primordial de assegurar a acumulação e a reprodução do capital. As classes trabalhadoras, no processo de vida social, organizada sob as mais diversas formas, reagem a estas políticas de acordo com o estágio de desenvolvimento da consciência social da sua classe, a elas sujeitando-se ou podendo-se opor às mesmas, no sentido de rejeitá-las ou, simplesmente, subjugar-se a elas. Este movimento é parte fundamental da luta de classes e, por isto, uma outra função do Estado, em sua associação com a classe dominante, é regular esta luta, mantendo a ordem social vigente pelo exercício do seu papel coercitivo. Isto, no entanto, pode-se dar não apenas por coerção, mas sim (e principalmente) por consentimento,

---

<sup>29</sup> Antônio Gramsci, Selections from the prison notebooks, apud Jorge Larrain, Ideologia. In: Tom Bottomore, op. cit. , p183-7.

dada a importância do papel do Estado, na reprodução e veiculação da ideologia dominante, à semelhança da maioria das demais instituições sociais<sup>30</sup>.

Além do sistema político-jurídico, existem as demais formas de manifestação da consciência social como a arte, a ciência, a moral, a religião e própria filosofia.

A filosofia, ou a interpretação que se faz do mundo através da visão de mundo ou cosmovisão já foi vista como produto de um determinado momento histórico da sociedade.

A ciência, igualmente, enquanto produtora de conhecimentos sistematizados sobre os fenômenos do mundo social, reflete igualmente a sociedade onde se produzem os conhecimentos. Na sociedade de classes, dependendo da visão de mundo que se adota, encontra-se a favor das classes dominantes, reiterando a situação de dominação existente ou se manifestando contrária a esta dominação, apontando as contradições sociais existentes procurando formas de superá-las.

A moral refere-se a um sistema organizado de concepções, princípios e normas, assim como de sentimentos e estados de ânimo pelos quais os homens se guiam nas relações entre si e para com a sociedade, na vida pessoal e social têm função fundamental na educação da nova geração<sup>31</sup>.

Assim, a moral condiciona o comportamento humano durante todo o percurso da vida dos indivíduos. Este condicionamento é tão evidente que em alguns casos, ela pode exercer maior poder de regulação sobre as pessoas que o próprio direito, elemento regulador formal da sociedade, uma vez que as normas jurídicas surgem e são constantemente avaliadas sob o ponto de vista da moral do grupo social hegemônico. Na ordem da coerção, também o direito encontra-se em aparente desvantagem em relação à moral porque, enquanto a norma jurídica é regulada pelo poder coercitivo do Estado, a norma moral sofre a coerção da opinião pública, sob certos aspectos mais rígida e coercitiva que a primeira. A consciência moral, como as demais formas de manifestação da consciência social é historicamente determinada e encontra-se em constante transformação. Nas sociedades de classes, o sistema moral dominante é o da classe dominante, difundido e regulado por seus aparelhos ideológicos que incluem os aparelhos ideológicos do Estado. Isto não significa dizer que o sistema moral seja único e imutável, mas que cada classe social, incorpora e interpreta a moral dominante de acordo com a sua consciência de classe e que, no confronto entre as classes, a explicitação e a busca de superação das contradições detectadas, determinam a transformação do sistema moral vigente. Isto significa dizer que, na sociedade de classes, as concepções morais

---

<sup>30</sup> F. Burlatski, op. cit. , p225.

<sup>31</sup> F. Burlatski, op. cit. , p228.

adquirem um conteúdo de classe, diferindo conforme os seus interesses. O conteúdo objetivo desta consciência moral de classe pode ser revolucionário ou reacionário, dependendo das tendências históricas concretas que ela exprime, se de transformação ou de manutenção da ordem social.

A religião é uma das formas mais antigas de consciência social. O seu caráter fundamental surge como produto da fantasia, da inspiração, baseando na crença a sua argumentação, tanto para a explicação dos fenômenos naturais como sociais. A origem da religião tem relação com o estado de dependência no qual se encontrava o homem primitivo perante a natureza. Desprovido de uma explicação racional para os fenômenos naturais que subsidiasse a busca de soluções a partir da sua própria ação, desenvolveu uma explicação mágica e buscou soluções igualmente externas à sua ação, para o enfrentamento das dificuldades. O posterior processo de socialização, com o desenvolvimento das relações sociais, condicionou o aparecimento de fenômenos sociais tão estranhos e tão geradores de dependência que a função social da religião continua com o mesmo teor. Nas sociedades classistas, cada classe desenvolve uma concepção religiosa que defende os seus interesses políticos de classe, embora, da mesma forma que as demais formas de consciência social, existe uma concepção religiosa dominante, da classe dominante<sup>32</sup>.

As formas de manifestação da consciência social só podem tornar-se alavancas propulsoras de transformações sociais quando encerram uma certa dose de protesto social, ou seja quando, através do desenvolvimento de uma consciência social voltada para a superação das contradições sociais, o seu conteúdo político propõe e age em favor das transformações sociais.

#### *A estrutura da sociedade no modo capitalista de produção*

Enquanto sociedade classista, a lógica das sociedades capitalistas situa-se na exploração do trabalho de uma grande parcela da população, detentora da força de trabalho, por uma minoria, detentora dos meios de produção. Isto significa dizer que a lógica do capitalismo situa-se na expropriação de uma parcela do trabalho alheio para o desenvolvimento e a acumulação do capital. Esta forma de organização faz com que as pessoas relacionem-se diferentemente uma das outras com os meios de produção e por esta razão situem-se em diferentes classes sociais.

---

<sup>32</sup> August Talheimer, op. cit. , p13-31.

Segundo Marx, as classes sociais não são peculiares do modo capitalista de produção, ou seja, não existiram sempre, mas surgiram quando a produtividade do trabalho humano foi suficiente para gerar um sobreproduto constante que passou a ser apropriado por alguns homens em detrimento de outros. Se necessariamente os primeiros eram detentores dos meios de produção e os segundos da força de trabalho, o surgimento das classes sociais está em estreita conexão com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção<sup>33</sup>.

Nas sociedades primitivas, em que a propriedade dos meios de produção era coletiva e, portanto, a divisão social do trabalho era determinado por outros elementos que não esta posse, não se pode falar da existência de classes sociais. Quando o desenvolvimento da consciência do homem foi suficiente para acumular conhecimentos que modificavam significativamente a qualidade das forças produtivas, a evolução destas foi suficiente para gerar relações de produção que alteravam fundamentalmente a divisão social do trabalho, determinando o aparecimento das classes sociais. Em outras palavras, a sociedade de classes teve seu início quando os homens deixaram de operar num sistema de cooperação para operar em um processo de exploração<sup>34</sup>.

Lenin definiu as classes sociais da seguinte maneira: “As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram frente aos meios de produção (relações que, em grande parte são estabelecidas e formuladas por leis), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e proporção pela qual recebem a parte da riqueza social que lhes cabe. As classes são grupos humanos nos quais um pode apropriar-se do trabalho do outro, por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social.”<sup>35</sup>

Desta definição de Lenin podem ser destacados quatro elementos essenciais, cujo detalhamento, imprescindível para a operacionalização do conceito, é igualmente importante para a sua compreensão.

O primeiro deles refere-se à característica determinante das classes que é a sua relação com os meios de produção. Como já foi mencionado anteriormente, no modo de produção capitalista, existem dois grandes grupos de pessoas: os que detêm e os que não detêm a posse dos meios de produção, constituindo classicamente a burguesia e o proletariado. No modo de produção em tela, esta característica é determinante, porque dela dependem todas as demais.

---

<sup>33</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p104.

<sup>34</sup> Erich Hahn & Alfred Kosing, op. cit. , p106.

<sup>35</sup> Vladimir Ilitch Ulianov Lenin, Una gran iniciativa, p232 apud Mario Bronfman e Rodolfo Tuirán, La desigualdad ante la muerte: clases sociales y mortalidad en la ninez, Cuadernos Medico Sociales, n. 29-30, p55.

O segundo elemento é o lugar que a classe social ocupa num sistema de produção historicamente determinado, que define a posição de classe e do agente social, na estrutura da sociedade, isto é, se é explorador ou explorado, dominador ou dominado. No modo de produção capitalista, este elemento está intimamente relacionado ao primeiro porque a posição de dominação da burguesia coincide com a posse dos meios de produção e com a conseqüente exploração da força de trabalho do proletariado, classe que lhe é antagônica.

O terceiro elemento refere-se ao papel que a classe social desempenha na organização social do trabalho e diz respeito à possibilidade de controle que a mesma tem, da organização da produção social. No modo de produção capitalista, os proprietários do meio de produção são, ao mesmo tempo, os dirigentes da produção, os controladores de todo o processo produtivo. O fato desta classe utilizar técnicos e gerentes para, a seu serviço controlarem e dirigirem a produção, não a exime de exercer o papel dominante na organização social do trabalho porque, na verdade, é ela que indica e determina as principais metas, objetivos e finalidades da produção. O papel de gerenciamento é desempenhado pela chamada “nova pequena burguesia” que, classicamente, pode ser considerada parte da burguesia, pela semelhança das relações de dominação que ambas estabelecem com a classe que não detém o controle do processo de trabalho. No entanto, na evolução deste modo de produção, este grupo foi adquirindo importância e configuração tais que passou a ser considerada uma classe distinta da burguesia, só que a serviço desta, mantendo relações de dominação com o proletariado.

A forma e o montante da riqueza socialmente produzida, que cabe a cada classe, é o último dos elementos essenciais da definição de classe social e, no capitalismo, está igualmente condicionado pela relação desta com o meio de produção. Os donos do capital, classe dominante, compram a força de trabalho da classe dominada, através dos salários. Esta compra, por sua vez, é regida por uma lógica de exploração, ou seja, pela apropriação pela classe dominante, do sobreproduto gerado pelo trabalho operário. A exploração se dá pelo fato de a classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por um valor maior do que aquele que a mesma recebe como salário.<sup>36</sup>

Levando em conta estes elementos, na década de 80 vários estudos operacionalizaram o conceito de classe social na formação social brasileira, porém, dada a diversidade de

---

<sup>36</sup> Diretamente relacionado a isto está o conceito de “mais valia” que é “o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista, sem que um equivalente lhe seja dado em troca”. Segundo Marx, para existir mais-valia não há necessidade que a troca seja “injusta”, pois mesmo com a compra e venda da força de trabalho por um preço justo, a mais valia vai surgir na produção, obedecendo à lógica de exploração. Ducan Foley, Mais-valia e Mais-valia e lucro. In: Tom Bottomore, op. cit. , p227-30.

condições de desenvolvimento destas classes, na atualidade seria necessário redefini-las de acordo com a atual conformação do capitalismo mundial, em especial, na nossa sociedade.

Ainda que tenham sido vistos os elementos essenciais do conceito marxista-leninista de classes sociais, há que se acrescentar que este conceito engloba somente a dimensão econômica das classes, não se referindo às instâncias jurídico-política e ideológica, relativas às formas de manifestação da consciência social, e igualmente importantes, para a compreensão da estrutura das sociedades.

Ainda de fundamental importância nas sociedades classistas é o papel político dos diferentes grupos sociais no cenário das lutas políticas e do embate para fazer valer seus projetos. Para Singer, as classes são verdadeiros atores do drama que se desenrola no cenário histórico, encontrando-se por trás dos embates políticos entre partidos, dos conflitos entre os órgãos de representação e do entrecostar de ideologias, a oposição entre as diferentes classes, de cuja luta resultam as grandes transformações sociais e econômicas que constituem a história da humanidade<sup>37</sup>.

Ainda para este autor, a importância das classes provém sobretudo da dinâmica que sua luta imprime ao movimento histórico e, não fosse esta, a classe como categoria não passaria de um “recorte peculiar, de natureza predominantemente econômica da hierarquia social”. Assim, o que caracteriza as classes não é apenas a sua posição relativa no processo de produção, mas sim um conjunto de interesses que define um “projeto de classe” que é elaborado e implementado através dos processos políticos que a conjuntura histórica lhes possibilita. Na medida em que os interesses e, portanto, os projetos deles decorrentes, são mutuamente exclusivos, a implementação de um impede a de outros, fazendo com que as classes se contraponham no plano social, engajando-se numa luta que historicamente inevitável.

No Brasil, onde atualmente o modo de produção hegemônico é o capitalista periférico, o projeto das classes dominantes consiste no desenvolvimento capitalista da economia nacional em conjunção com o capitalismo internacional ao qual está subordinado.

A sua essência é a explicação das desigualdades sociais pela maior ou menor capacidade, esforço e sorte individuais no enfrentamento das dificuldades da vida, tanto das pessoas como dos países. Este processo de seleção é tido como “natural” e melhor para todos, “inclusive para os que ficam para trás nesta corrida ao sucesso, na medida em que suas regras

---

<sup>37</sup> Paul Singer, Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil, p17.

asseguram a união entre o privilégio e a competência, dando a gestão da riqueza social e do Estado aos mais capacitados”.<sup>38</sup>

O projeto das classes dominadas opõe-se ao anterior e passa pela busca da democratização dos meios de produção e do controle do processo de trabalho, transformação social esta pretendida através da participação coletiva dos trabalhadores, como forma de assegurar que os interesses da maioria prevaleçam.

As demais classes sociais que integram a formação social dada, podem eventualmente, filiar-se a um destes projetos, dependendo das suas características e condições de existência, assemelhando seus interesses aos de uma destas principais classes descritas. Assim, a pequena burguesia tradicional, que detém a propriedade dos meios de produção em escala simples, suficiente apenas para a sua própria reprodução, pode ter um projeto que assemelha-se mais ao da burguesia ou ao do proletariado, de acordo com a forma como se configura no espaço social considerado, uma vez que essa classe encontra-se indiretamente sujeita à exploração capitalista. Da mesma forma o subproletariado, enquanto classe que não consegue sequer submeter-se à exploração formal do capital, constituindo o chamado “exército de reserva”, pode aspirar a igualdade social pretendida pelo proletariado.<sup>39</sup>

Enfim, são estes os interesses das classes sociais em movimento. Estas jamais aparecem em cena como tal, sendo representadas através de numerosos “órgãos de classe” como sindicatos, associações, partidos políticos, ou seja, pelas instituições que as representam e defendem seus interesses. Prevalecem, em cada momento histórico, os interesses das classes cuja a consciência social e poder de organização são suficientes para defendê-los na árdua luta contra as classes que lhes são antagônicas. Este movimento gerado pela luta de classes constitui, conforme a interpretação marxista da história da humanidade, o desenvolvimento dialético da sociedade.

### **As teorias interpretativas do processo saúde-doença<sup>40</sup>**

Como foi dito anteriormente, as teorias interpretativas do processo saúde-doença refletem o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade considerada. Assim, na evolução histórica das sociedades ocidentais podemos distinguir basicamente três teorias interpretativas deste fenômeno social, a saber:

---

<sup>38</sup> Paul Singer, op. cit. , p24.

<sup>39</sup> Paul Singer, op. cit. , p25.

<sup>40</sup> Adaptado de Brigitta Elza Pfeiffer Castellanos e outros, Teorias interpretativas da “saúde” e da “doença”. (mimeo).

### **1. A teoria unicausal da doença**

Esta teoria reconhece que a causa única e fundamental da doença situa-se fora do organismo humano acometido. Esteve presente e foi a concepção dominante desde o início das sociedades ocidentais. Inicialmente, quando o homem não dispunha de meios para controlar a Natureza, as causas das doenças eram atribuídas a fatores externos, geralmente de explicação metafísica, entrando ou saindo do corpo humano por forças sobrenaturais, sem qualquer controle pelo próprio homem. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a superação dos modos de produção que não propiciavam o desenvolvimento tecnológico, houve um grande avanço na explicação da causalidade das doenças através de microorganismos que, se não totalmente controlados pelos homens, materializavam as causas das doenças, constituindo-se em fatores fundamentais para o aparecimento das mesmas. Esta teoria teve um grande avanço na chamada “era bacteriológica” onde através da descoberta dos vários agentes etiológicos, principalmente relacionados às doenças transmissíveis, explicava o surgimento da doença. Neste modelo biologicista o homem é considerado um ser cujas ações estão limitadas ao funcionamento mecânico dos órgãos e sobre o qual atuam processos biológicos ou físico-químicos que desequilibram o sistema.

Esta teoria foi perdendo espaço gradativamente pois a complexidade que foi adquirindo a organização social passou a gerar uma crescente necessidade de atenção à saúde que surtisse efeitos importantes na manutenção da qualidade da força de trabalho dos trabalhadores a serviço do capital. Ainda, no campo da saúde, a crescente sofisticação dos meios de diagnóstico e tratamento foi gradativamente reduzindo o acesso de um número cada vez maior de pessoas a uma assistência à saúde compatível com as suas necessidades. Tudo isto faz com que se buscassem explicações para o processo saúde-doença que subsidiassem uma busca de alternativas de assistência menos custosas, porém com impacto suficiente para garantir a força de trabalho. Além disto, os movimentos organizados da sociedade apontavam para outras causas de doenças que não apenas o agente etiológico. Isto propiciou a elaboração da teoria multicausal da doença.

### **2. Teoria multicausal da doença**

Esta teoria se consolidou na década de 60 e substituiu a teoria unicausal. Ela coloca que a causa da doença não é única, mas que no seu aparecimento coexistem várias causas. Passaram então a ser relacionados fatores causais dos agravos à saúde, cujo controle favorece a não propagação da doença. A grande saída reside no controle dos fatores causais através de

medidas de baixo custo, acessíveis a toda a população. Estes fatores agem como somatória de causas, sem que sejam atribuídos pesos a cada um deles e desta forma, a sociedade e a organização social também se constituem em fatores causais, tanto quanto a constituição biológica do homem, por exemplo.

Uma variante deste modelo é a Teoria de Leavell e Clark, chamado modelo da tríade ecológica segundo o qual, as causas se ordenam dentro de três categorias possíveis ou conjunto de fatores que intervêm no aparecimento da doença: o agente, o hospedeiro e o meio. O comportamento anormal de um destes conjuntos de fatores pode ocasionar o desequilíbrio do sistema e conseqüentemente o aparecimento da doença. Assim, a presença de um ambiente desfavorável ocasiona transtornos no hospedeiro e ativação do agente que até então pode ter permanecido inativo ou em estado de não agressão, rompendo o equilíbrio.

Estes modelos baseados no idealismo, no entanto, têm-se mostrado insuficientes para explicar o comportamento das doenças na sociedade especialmente nas diferentes classes sociais. Contrapondo-se a elas e, portanto, buscando uma explicação cuja lógica não resida em causas aparentes mas na essência dos problema, surgiu a teoria da determinação social do processo saúde-doença.

### **3. Teoria da determinação social do processo saúde-doença**

Segundo esta teoria, baseada no materialismo histórico e dialético, a causa última do comportamento do processo saúde-doença deve ser buscada na forma segundo a qual a sociedade se organiza para a construção da vida social. Em primeiro lugar, esta teoria interpreta os fenômenos saúde e doença como expressões de um mesmo processo, evidenciando o seu duplo caráter: o biológico e o social, uma vez que encara a natureza humana, apesar de ter um lastro biológico, se determina a partir da vida do homem em sociedade. Assim, a organização social é o determinante fundamental das manifestações deste processo e evidencia-se como uma forma de manifestação da qualidade de vida dos agentes sociais. Esta, por sua vez é determinada pelos processos de produção e reprodução da vida social.

A teoria da determinação social do processo saúde-doença permite compreender como cada sociedade cria um determinado padrão de desgaste em função do consumo e gasto de energia pelos indivíduos no processo de reprodução social. Nas sociedades classistas, especificamente naquelas organizadas sob o modo capitalista de produção, a cada classe social corresponderia um determinado padrão de desgastes e potencialidades, manifestos através de condições negativas (riscos de adoecer ou morrer) ou positivas (possibilidades de

sobrevivência), conseqüentes às formas historicamente adotadas pela sociedade para conduzir a sua vida social.

Ainda nesta concepção o processo saúde-doença manifesta-se por meio de diferentes fenômenos cuja freqüência e intensidade variam no tempo e no espaço e podem ser expressos nos níveis: individual ou singular; do grupo social cujo elemento de ligação dos seus componentes seja o trabalho (primordialmente da classe social); da estrutura social.

No primeiro nível (individual ou singular) o processo saúde-doença manifesta-se com variações na freqüência e na intensidade entre pessoas e pequenos grupos que se diferenciam entre si por atributos individuais tais como: sexo, idade, religião, escolaridade, rendimentos, etc. No segundo nível, entre classes sociais que compartilham das condições de vida e de trabalho, as manifestações se dão através de perfis de morbi-mortalidade peculiares de cada classe, como a expressão dinâmica da inserção destas classes no sistema produtivo. No nível da estrutura social, relativo a uma mesma formação social, o processo saúde-doença manifesta-se através de perfis de morbi-mortalidade peculiares desta sociedade em relação às demais.

Desta forma, o materialismo histórico e dialético enquanto teoria da cognição dos processos sociais, apresenta os fundamentos básicos da vida em sociedade e através destes, enquanto método para a compreensão dos fenômenos sociais, interpreta e sustenta uma teoria do processo saúde-doença.

### **Referências Bibliográficas**

- Benton, Positivismo. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Bottomore T. Sociedade. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Bronfman M, Tuirán R. La desigualdad social ante la muerte: clases sociales y mortalidad en la ninez. Cuadernos Medico Sociales. 1984; 29/30: 53-75.
- Burlatski F. Fundamentos da filosofia marxista-leninista. Moscou: Progresso; 1987.
- Camacho J S. A educação e suas linhas filosóficas – uma reflexão para as profissões de saúde. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP; 1986.
- Castellanos B E P. et al. Teorias interpretativas da “saúde” e da “doença”. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP; 1990.
- Chauí M. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense; 1986.
- Cheptulin A. A dialética materialista: categorias e leis fundamentais da dialética. São Paulo: Alfa-Omega; 1982.
- Engels F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: Bottomore T. Dicionário do pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.

- Foley D. Valor de uso. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Foley D. Mais valia. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Foley D. Mais valia e lucro. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Fonseca R M G S. da. Mulher, reprodução biológica e classe social: a compreensão do nexo coesivo através do estudo dialético do perfil reprodutivo biológico de mulheres atendidas nas unidades básicas de saúde. [tese] São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 1990.
- Hahn E, Kosing A. A filosofia marxista-leninista: curso básico. Lisboa: Avante; 1983.
- Harnecker M. Os conceitos elementares do materialismo histórico e dialético. São Paulo: Global; 1983.
- Harris L. Forças produtivas e Relações de produção. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Himmelweith S. Valor da força de trabalho. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Krapivine V V. Filosofia marxista-leninista: fundamentos científicos e métodos de estudos. Moscou: Progresso; 1984.
- Larrain J. Base e superestrutura. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Larrain J. Ideologia. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Lombardi C. et al. Operacionalização do conceito de classe social em estudo epidemiológico. Rev. Saúde Pública. 1988; 22(4): 253-65.
- Marx K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural; 1985. v1.
- Marx K. Para a crítica da Economia Política – Prefácio. In: Os economistas. São Paulo: Abril; 1986.
- Poulantzas N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes; 1986.
- Shaw W. Materialismo histórico. In: Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- Singer P. Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. São Paulo: Paz e Terra; 1981.
- Talheimer A. Introdução ao materialismo histórico e dialético. São Paulo: Ciências Humanas; 1979.

### **Acercas das ideologias<sup>41</sup>**

As ideologias pretendem ser uma filosofia científica por articularem atitude científica e resultados de importância filosófica. Ideologia significa discursos científicos das idéias (*logia – logoi – discursos científicos*). Ex: deísmo – usa idéia de Deus para explicar os sentidos do mundo. A idéia não tem sentido sem os postulados da ciência.

*“Uma ideologia é a lógica de uma idéia. Seu objetivo de estudo é a história à qual a idéia é aplicada. O resultado desta aplicação não é conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um processo que está em constante mudança”.*

---

<sup>41</sup> Hannah Arendt O Sistema Totalitário. Lisboa. Publicações Dom Quixote.1978

As ideologias pretendem conhecer o processo histórico: os segredos do passado, a complexidade do presente e as incertezas do futuro, em virtude da lógica de suas idéias como instrumento de explicação do movimento histórico. A história é vista como algo que pode ser calculado pela idéia. O que torna a idéia capaz dessa função é sua própria lógica. Na história, o que quer que aconteça tem ligação com o processo lógico de uma idéia.

Para a ideologia o movimento dialético deixa de existir como tal (tese, antítese e síntese) porque a tese funciona como premissa, fazendo desaparecer as contradições. As idéias se transformam em premissas porque elas significam o controle do ato de pensar.

As explicações ideológicas do mundo antecederam a utilização da ideologia para o raciocínio totalitário. A coerção negativa da lógica e a proibição das contradições passaram a ser produtivas, servindo aos interesses dos movimentos totalitários, forçando toda uma linha de pensamento sobre a mente. O processo argumentativo fundamenta-se na premissa e não nas contradições (doutrinação). Este processo subjuga o homem por negar a liberdade e a crítica filosófica inerente à capacidade humana de pensar, violentando-o como uma força externa.

O pensamento ideológico contém elementos totalitários que se manifestam através de movimentos totalitários. Há três elementos totalitários peculiares de todo o pensamento ideológico:

1. tendência a analisar não o que é mas o que vem a ser. O interesse é o elemento de movimento, a história no sentido corrente da palavra. Isto por ter a pretensão de explicação total: a explanação total do passado, o total conhecimento do presente e a previsão segura do futuro. Para a ideologia não há dúvidas...
2. liberta-se de toda a experiência da qual não pode aprender nada, ou seja, não aceita o novo. Insiste numa realidade mais verdadeira escondendo o que é percebido pelos cinco sentidos. A doutrinação é feita instigando um sexto sentido que é fornecido pela ideologia. As instituições educacionais são fundadas exclusivamente para este fim – treinar os soldados políticos. A propaganda visa desvincular o pensamento da experiência e da realidade. Há alteração da realidade segundo as afirmações ideológicas.
3. por não conseguirem transformar a realidade, as ideologias desvinculam o pensamento ideológico da experiência. Para tanto usam métodos de demonstração. Parte de uma premissa aceita axiomáticamente e elabora demonstrações que vão seguindo uma coerência interna não presente na realidade.

Sob pressão da ideologia, as conquistas da sociedade ou da natureza (comunismo e racismo) desaparecem para dar lugar a interesses totalitários. Os regimes totalitários adotam a tirania da lógica para conseguir seus ideais. Há submissão da mente à lógica, como processo sem fim, no qual todos os pensamentos são elaborados. Essa submissão acarreta renúncia à liberdade interior, tal como a renúncia à liberdade do movimento. O conceito de liberdade pressupõe a capacidade interior do homem de começar, do mesmo modo que a liberdade política equivale a um espaço onde os homens se encontram para pensar.

No totalitarismo, o terror é necessário para impedir o novo homem de começar a pensar porque o pensamento como a mais livre e pura das atividades humanas é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução.